

Claudia Hilb  
**Silêncio, Cuba.**

A esquerda democrática diante do regime  
da Revolução Cubana

© 2010, Claudia Hilb

Traduzido do original em espanhol: *Silencio, Cuba*

Tradução: Miriam Xavier

Preparação: Maria José de Sant'Anna

Revisão: Pedro Silva

Projeto gráfico e diagramação: Gustavo S. Vilas Boas

Capa: Miriam Lerner

Imagen de capa: © Donald Nausbaum / Corbis / Latinstock

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTESINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

H542s

Hilb, Claudia

Silêncio, Cuba. : a esquerda democrática diante do regime da Revolução Cubana / Claudia Hilb ; tradução Miriam Xavier. - São Paulo : Paz e Terra, 2010.

112p. - (O estado da democracia na América Latina)

Tradução de: Silencio, Cuba : la izquierda democrática frente al régimen de la Revolución cubana

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7753-131-8

1. Cuba - Política e governo - 1959-. 2. Cuba - História - Revolução, 1959. 3. Controle social. 4. Partidos socialistas. 5.

Socialistas. I. Título. II. Série.

10-3077. CDD: 320.97291

CDU: 32(729.1)"1959/..."

020110

EDITORA PAZ E TERRA LTDA

Rua do Triunfo, 177

Santa Ifigênia, São Paulo, SP — CEP 01212-010

Tel.: (011) 3337-8399

E-mail: vendas@pazeterra.com.br

Home page: www.pazeterra.com.br

2010

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

“De tanto calar, tanto silêncio quase nos deixa mudos”  
Eliseo Alberto, *Informe contra mí mismo*

# Sumário

Agradecimentos.....	9
Introdução.....	13
Capítulo 1	
A década revolucionária:	
igualitarismo radical e concentração de poder.....	17
Capítulo 2	
A organização e mobilização da sociedade.	
Entusiasmo, temor, controle social.....	43
Capítulo 3	
Sobre o princípio de ação do regime cubano, o medo e a dominação total.....	67
Epílogo	
Para terminar com o “sim, mas...” .....	91
Bibliografia.....	101

## Agradecimentos

Este ensaio deve muito, ou quase tudo, a Claude Lefort, mesmo que ele nunca venha a saber. Quando, no fim dos anos 1970, eu lutava, no exílio francês, com o que tinha sobrado da minha tradição política de esquerda radical, encontrei nos textos e nos seminários de Lefort as chaves que me permitiram repensar minha experiência sem renunciar ao irrenunciável, ou seja, a minha sensibilidade de esquerda. Em seus escritos e em seus cursos, encontrei as palavras e a maneira de começar a dar forma ao que, desordenadamente, vinha tentando pensar: a contribuição dessa esquerda da qual eu tinha feito parte, na qual eu tinha sonhado com a realização de um bem político maior, para o surgimento da pior catástrofe política da história argentina do século XX.

Já de volta à Argentina, segui com o mesmo interesse o lançamento de seus livros, que continuaram alimentando as minhas próprias perguntas. Todos os textos com base nos quais tentei repensar a tradição da esquerda local, suas concepções e suas práticas, estiveram marcados pela obra de Claude Lefort.

Em 2004, fui convidada a comentar uma conferência de Lefort na Biblioteca Nacional, em Buenos Aires. No final, no decorrer do jantar e em uma conversa amigável e descontraída, concordamos a respeito de diferentes ângulos no caráter escandaloso do silêncio da esquerda latino-americana a respeito do regime político cubano. Eu terminara um trabalho árduo de teoria política “pura” e decidira dedicar um período à reflexão teórica de problemas políticos, como já fizera em outras ocasiões, e o tema de Cuba, ou mais precisamente, a dificuldade de falar sobre Cuba, começava a me interessar particularmente. A conversa com Lefort deu o impulso que faltava para que eu me decidisse a trabalhar no tema de maneira mais sistemática.

Em 2007, solicitei uma bolsa mista Fulbrigert-CONICET para uma temporada de pesquisas de três meses na Universidade Internacional da Flórida, em Miami. A concessão da bolsa me permitiu não só o acesso a toda a imensa bibliografia sobre o tema, mas também pude entrar em contato com colegas especialistas, participar de reuniões científicas de alto nível e fazer algumas entrevistas valiosas que foram muito úteis. Cristina Eguizábal, Uva Aragón, Damián Fernández e os demais colegas do Centro Latino-americano e do Caribe e do Instituto de Pesquisas de Cuba fizeram com que eu me sentisse em casa. Marifeli Pérez-Stable atendeu com amabilidade meus diversos requerimentos; Guillermo Loustau facilitou-me generosamente o contato com Huber Matos, que, por sua vez, foi muito generoso ao conceder-me uma entrevista. A longa conversa, entremeada por vários cafezinhos, com Juan Antonio Blanco é uma das melhores e mais produtivas lembranças de minha estada. A todos eles e a todos que não citei, balseiros, marielitos,<sup>1</sup> exilados de diversas procedências, que me contaram suas histórias, aqui vaimeu agradecimento.

Quando voltei, após a temporada de pesquisas, me propus a escrever um artigo no qual eu pudesse transmitir, de alguma maneira, o que no meu entender era o núcleo da dificuldade da esquerda argentina para pensar o tema de Cuba: entendia, como defendo na introdução, que ele deve ser procurado na impossibilidade de dissociar o processo

<sup>1</sup> Marielitos: Termo aplicado a cerca de 125 mil cubanos que emigraram para os Estados Unidos durante o êxodo do Porto de Mariel, quando as restrições americanas sobre a emigração cubana foram relaxadas entre abril e outubro de 1980. (N.T.)  
SILENCIO CUBA\_MIOLO.indd 10 28/7/2010 08:36:21

de nivelamento das condições, executado durante a primeira década da Revolução, com a formação de um regime de dominação total. Desta forma, comecei a esboçar as linhas gerais de um artigo que, quase contra a minha vontade, foi se transformando em um texto muito mais extenso do que eu tinha previsto inicialmente. Com efeito, conforme escrevia, descobri a necessidade de sustentar meu argumento mais conceitual, mais teórico, se preferirem, sobre uma base relativamente importante de fatos, coisa que, sentindo-me mais em casa na teoria política do que na história, confesso que achava um pouco cansativo. Foi mérito do meu editor, Fernando Fagnani, convencer-me de que o artigo, já bastante grande, podia tomar a forma de um pequeno livro. Se este ensaio se assemelha a um livro, o mérito é de Fagnani; se conserva os traços do artigo inicial – certo caráter intempestivo, certa urgência, talvez – reconheço minha culpa pela persistência dessa marca de origem.

Quero agradecer àqueles que, mais uma vez, apoiaram-me com sua amizade pessoal e intelectual. Fernando Ruiz orientou-me com generosidade em minhas primeiras indagações bibliográficas. Meu marido, Emilio de Ipola, acompanhou todo o processo de criação deste texto com sua inteligência, humor e apoio incondicional. Vincent Bloch, Lucas Martin, Vicente Palermo, Matías Sirczuk e Juan Carlos Torre discutiram minuciosamente as primeiras versões do texto. Javier Roncero contribuiu, a meu pedido, com um olhar de não especialista interessado. Os participantes do seminário de discussão do projeto de pesquisa Ubacyt – “A modernidade política e o problema da verdade: interrogações teóricas e encenações políticas” –, que coordeno na Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires, discutiram algumas das primeiras teses e fizeram com que eu repensasse mais de uma afirmação inicial. A todos eles também expresso meu agradecimento.

Ainda que pareça pouco original e mesmo sabendo que muitos compartilham em grande parte o que eu demonstro no texto, quero destacar que nada do que afirmo implica aqueles que mencionei em meus agradecimentos. Tanto seus acordos quanto seus desacordos, suas coincidências ou suas objeções foram para mim de grande utilidade e espero que este ensaio possa alimentar de maneira proveitosa um debate que, no meu entender, já deveria ter acontecido entre nós há muito tempo.

# Introdução

O objetivo deste ensaio é analisar uma dificuldade que foi, por muitos anos, também minha, e que pode ser descrita da seguinte forma: para nós, que participamos, de uma maneira ou de outra, do entusiasmo revolucionário dos anos 1960 ou 1970 e hoje nos identificamos como democratas de esquerda, parece surpreendentemente difícil ter uma posição pública a respeito do regime cubano. Digo surpreendentemente difícil porque, se esquecermos nossas adesões passadas e nos ativermos a um juízo comparável ao que poderíamos fazer diante de regimes democráticos que não estão tão próximos de nós, nossa condenação a respeito do caráter autocrático, antilibertário, antidemocrático e repressivo do regime em questão deveria ser perfeitamente ouvida há muito tempo.

Logicamente, isso não foi assim. Ainda hoje é difícil – pelo menos na América Latina – para alguém que se diz de esquerda, condenar publicamente o regime político cubano. Eu mesma, no momento de escolher minhas palavras, devo lutar contra a tentativa de suavizar as minhas afirmações, nas quais, está claro, acredito firmemente. Meu propósito é compreender o núcleo dessa dificuldade, captar o ponto cego da cumplicidade da esquerda democrática com o regime que surgiu a partir da Revolução Cubana para começar a penetrar nesse núcleo e, dessa forma, poder refletir livremente sobre a natureza desse regime. Como irei argumentar, entendo que essas dificuldades não se relacionam unicamente com a recusa a revisar as nossas adesões do passado. Acredito que existem no silêncio público da esquerda democrática razões de cunho político intelectual mais complexas, que ligam os fins da Revolução Cubana –aos quais tão fervorosamente aderimos no passado – com a forma política que esses fins encarnaram.

A hipótese que orienta minha reflexão é que a recusa de grande parte da esquerda democrática – da esquerda que me interessa – a se pronunciar claramente a respeito da natureza opressiva do regime político da Revolução Cubana encontra seu ponto de resistência na defesa de algumas realizações indiscutíveis do regime em questão, particularmente o fato de igualar as condições sociais e universalizar o acesso à saúde e à educação, rapidamente postas em prática durante a primeira década revolucionária. A igualação das condições sociais e a universalização do acesso à saúde e à educação, sem dúvida, são pilares inquestionáveis da sensibilidade da esquerda, a do passado e a de hoje. Agora, o que tentarei argumentar é que aquelas realizações do regime que surgiu da Revolução Cubana sobre as quais essa esquerda dá o seu apoio ou, pelo menos, silencia a respeito da natureza politicamente opressiva do regime, não podem ser dissociadas da *forma do regime*. Dito de outra maneira, o processo de nivelamento das condições e o processo de constituir uma forma política com vocação de dominação total são indissociáveis e formam em seu entrelaçamento as chaves daquilo que denomino o *regime* em um sentido mais amplo.<sup>12</sup>Nessa mesma direção, tentarei apresentar as razões pela quais entendo que a repressão, a ausência de liberdades civis e públicas ou a proibição de abandonar o país, vigentes em Cuba, não são epifenômenos de um regime que, por motivos incompreensíveis para as consciências democráticas, infringe de forma irritante certos di-

<sup>1</sup> Uso a noção de *forma de regime* e de *regime* de uma ampla e prestigiosa tradição da filosofia política que, de Platão a Lefort, passando por Montesquieu e Tocqueville, entende por este – se me permitem esta síntese brutal – o conjunto de instituições, significados, comportamentos e crenças que apresentam uma determinada compreensão do que uma comunidade entende por legítimo e ilegítimo, por justo e injusto, por adequado e inadequado.

reitos humanos, mas sim, formam elementos coerentes com sua natureza – com a natureza de um regime do qual não podemos dizer que viola os direitos humanos, mas que, em sua própria forma, não reconhece a existência desses direitos tal como são defendidos nas nossas sociedades liberal-democráticas modernas. Consequentemente, se esta é a direção do argumento, é preciso ficar claro que entendo que não podemos aplacar as nossas boas consciências sustentando que defendemos a igualação das condições que a Revolução impôs, mas nos opomos à violação de direitos por parte do próprio regime. O modo no qual essa igualação foi posta em prática, repito, é, no meu entender, inseparável da forma de um regime que não reconhece direitos fora dele e que pretende uma legitimação supra ou extrademocrática para a sua ação de transformação radical. É assim que entendo que a nossa *Auseinandersetzung*, o nosso ajuste de contas com o regime da Revolução Cubana, não pode dispensar uma análise política do regime que surgiu da Revolução de 1959 e, com ele, sem dúvida, com a própria ideia moderna de Revolução.<sup>23</sup>

Minha investigação se desenvolve no seguinte sentido: nos dois primeiros capítulos, desenvolverei a hipótese apresentada, tentando evidenciar o laço indissolúvel que parece haver entre a vertiginosa obra igualadora da Revolução Cubana durante a década de 1960 (cap. 1) e a instauração de um regime com vocação de dominação total (cap. 2). Esse trajeto deverá permitir vislumbrar um ponto que para mim é crucial, já que aquilo que aparece no processo da Revolução Cubana toca no ponto culminante dos paradoxos da utopia revolucionária: para dizer de modo ainda muito provisório, deverá poder mostrar, ainda que seja sutilmente, de que maneira o desejo de liberdade se transformou em aceitação de servidão, como a emancipação se transformou em opressão, e o entusiasmo e a virtude, em temor e adaptação (cap. 3). Por fim, o ensaio conclui com um breve epílogo que sugere que também existe uma relação indissociável entre o sentido das dificuldades que o regime encontrou – quase desde o seu início, para alcançar os seus objetivos no campo do desenvolvimento econômico – e a forma do regime, e que esta relação foi consumada no colapso econômico e social dos anos 1990 que não deixou incólumes – longe disso – os pilares da adesão do pensamento de esquerda ao regime desde a sua origem, a saber, o bem-estar compartilhado equitativamente e a igualdade

<sup>23</sup> Acredito ser útil esclarecer os motivos pelos quais o bloqueio comercial dos Estados Unidos contra Cuba não será objeto deste ensaio. Conheço o modo como este bloqueio influenciou as restrições que afetaram o desenvolvimento cubano, sobretudo na década de 1960. Mas também entendo que a natureza do regime – que é o objeto que me interessa tratar aqui, em sua dupla dimensão de igualação radical e concentração de poder – não pode ser explicada pela existência desse bloqueio.